Revista Educação, Direito e Sociedade

ISSN 3086-2531

A FUNÇÃO PÚBLICA DA APRENDIZAGEM HISTÓRICA NA FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA DEMOCRÁTICA E CRÍTICA: reflexões sobre o ensino de história no Brasil contemporâneo

THE PUBLIC FUNCTION OF HISTORICAL LEARNING IN THE FORMATION OF A DEMOCRATIC AND CRITICAL CONSCIOUSNESS: Reflections on the Teaching of History in Contemporary Brazil

Vitor Kochhann Reisdorfer
Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (1994), graduação em Administração pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2008), Especialização pela Faculdade de Administração Três de Maio -SETREM (2006), Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2000) e Doctorado en Administración - Universidad Nacional de Misiones- UNaM (2008), Titulo Reconhecido no Brasil em Universidade Federal, como Doutor em Administração. Atualmente é Professor Associado da UFSM. Atua no Curso Superior em Gestão de Cooperativas e no Curso Técnico em Contabilidade do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM.
https://orcid.org/0000-0001-5655-5476

Marco Aurélio da Silva
Doutorando em Extensão Rural - UFSM; Mestre em Ciências Sociais – UFSM. Mestre em Educação UNISC; Licenciado em Filosofia - UNIFRA Licenciado em Pedagogia - UFSM
marcoaurelio22000@yahoo.com.br
http://lattes.cnpq.br/6665383866556823
https://orcid.org/ 0009-0006-7358-5814

RESUMO: Este artigo investiga a função pública do ensino de História no Brasil contemporâneo na formação de uma consciência democrática e crítica. O estudo, de abordagem qualitativa e exploratória, utiliza revisão bibliográfica fundamentada em Jörn Rüsen, Paulo Freire e Reinhart Koselleck, além dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A pesquisa analisa como o ensino de História pode mediar narrativas históricas divergentes, contribuindo para uma cidadania ativa e crítica. Os resultados indicam uma transição de narrativas eurocêntricas para abordagens mais inclusivas, valorizando grupos marginalizados, embora enfrente resistências conservadoras. Conclui-se que o ensino de História, ao promover o diálogo e o respeito à

ISSN 3086-2531

diversidade, é um instrumento essencial para fortalecer a democracia e a humanização social, exigindo um compromisso institucional com a formação docente.

Palavras chave: Ensino de História; consciência democrática; narrativas históricas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa se propõe a investigar teoricamente como o ensino de História no Brasil contemporâneo pode desempenhar um papel ativo na formação de uma consciência democrática e crítica, essencial para a atuação cidadã em um contexto de polarização política e crescente desinformação. Tradicionalmente, o ensino de História tem sido pautado em modelos de transmissão de informações, nos quais o aluno assume um papel passivo, memorizando datas e eventos sem necessariamente desenvolver uma compreensão crítica do passado e suas relações com o presente. A aprendizagem histórica pode estimular nos alunos a reflexão sobre os processos que moldaram a realidade contemporânea, sendo fundamental para desenvolver uma cidadania ativa e crítica, como argumenta Paulo Freire (1987), em sua pedagogia. A formação de uma consciência democrática passa pelo conhecimento histórico, que permite compreender os princípios e lutas que consolidaram a democracia no Brasil. Diante dos desafios contemporâneos *[...]. A pergunta norteadora desta pesquisa é: de que maneira o ensino de História, ao mediar narrativas históricas divergentes, pode contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de atuar de forma informada e responsável na sociedade brasileira?*

Este estudo, de natureza qualitativa e exploratória, utiliza a revisão bibliográfica como principal método de investigação, analisando obras teóricas e documentos curriculares relevantes para o campo do ensino de História.

A aprendizagem histórica desempenha um papel central na formação de uma consciência crítica e democrática, especialmente em sociedades marcadas por profundas desigualdades e pluralidades culturais, como é o caso do Brasil. O ensino de História, ao propor uma reflexão sobre o passado, permite que educadores e

ISSN 3086-2531

estudantes compreendam os processos históricos que moldaram a sociedade contemporânea e, ao mesmo tempo, questionem as estruturas de poder e exclusão. A proposta deste trabalho é discutir como o pensamento histórico pode servir como ferramenta de emancipação social, promovendo o fortalecimento da cidadania e da democracia.

O objetivo desta pesquisa é analisar a função pública da aprendizagem histórica no contexto educacional brasileiro, discutindo como o ensino de História pode promover a construção de uma consciência democrática, cidadã e crítica, além de contribuir para o respeito à diversidade e a humanização plena da sociedade. A pesquisa também busca explorar as tensões entre narrativas históricas conservadoras e progressistas, e o papel do ensino de História na mediação ***desses*** conflitos.

A pesquisa utilizará uma revisão bibliográfica baseada em autores renomados como Jörn Rüsen, Paulo Freire e Reinhart Koselleck[1], além de fontes sobre o ensino de História e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1998. O estudo focará na análise teórica sobre o pensamento histórico, sua função pública, e a aplicação de uma pedagogia crítica no ensino básico. Também será analisada a produção historiográfica recente no Brasil, considerando as transformações educacionais e os desafios contemporâneos, incluindo as crises culturais e políticas que afetam a sociedade brasileira. Nesse sentido buscaremos brevemente discutir as tensões entre as narrativas tradicionais e conservadoras e as novas narrativas inclusivas que têm sido incorporadas no ensino de História. A abordagem eurocêntrica que dominou o currículo escolar será contrastada com a valorização das histórias de minorias e grupos marginalizados, como negros, mulheres e indígenas. Ou seja, como o ensino de História pode servir como um instrumento para o desenvolvimento de uma consciência crítica entre os estudantes, incentivando a reflexão sobre os processos históricos que continuam a moldar as estruturas sociais contemporâneas.

[1] Koselleck (2006) Apresenta as bases para a análise das temporalidades históricas e o papel da História na organização da memória social.

ISSN 3086-2531

O quadro abaixo é fundamental para contextualizar a pesquisa, apresentando os principais autores e conceitos teóricos que fundamentam o estudo, e como eles se relacionam com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de História de (1998). Ele serve como uma base conceitual para o leitor.Permite uma visualização rápida e organizada das diferentes perspectivas teóricas (Freire, Rüsen, Koselleck, Maria Auxiliadora Schmidt, Hobsbawm) e como elas convergem ou se relacionam com as diretrizes curriculares brasileiras. Isso ajuda a estabelecer o arcabouço teórico da pesquisa.

Quadro 1– Síntese Conceitual segundo Freire, Rüsen, Koselleck, Schmidt, Hobsbawm e PCNs (1998)

Autor	Conceito	Relação com os PCNs de História
Freire (1987)	Educação libertadora conscientização crítica.	Os PCNs (1998) enfatizam a formação cidadã crítica, homologada à pedagogia dialógica emancipadora de Freire.
Rüsen (2001, 2015)	Consciência histórica e narrativa como orientação temporal.	Os PCNs destacam a importância da consciência histórica para a construção da identidade e cidadania.
Koselleck (200	Temporalidade histórica e relação entre passado, presente e futuro.	Os PCNs incentivam a problematização do tempo histórico e sua aplicação na vida cotidiana.
Schmidt (2012	Ensino de História como espaço de disputas de narrativas e construção de identidade.	Os PCNs promovem uma diversidade de perspectivas históricas e uma valorização de múltiplas narrativas.
Hobsbawm (1998)	História como instrumento ideológico e disputa pela memória.	Os PCNs reforçam a necessidade de uma abordagem crítica sobre a construção da memória e das versões do passado.

Elaborado pelo autor, 2025

E, portanto, qual a importância da metodologia historiográfica na educação básica. A partir da análise das fontes, da crítica documental e da interpretação histórica, esta seção examinará como os professores podem utilizar práticas historiográficas para promover o desenvolvimento do pensamento histórico em sala de aula.

A opção metodológica desta pesquisa centrou-se na revisão bibliográfica, tendo como base a intersecção entre os pensamentos de Rüsen (2001;2015), Freire (1987), e Koselleck (2006). A escolha desses autores se justifica pela relevância de suas contribuições para a compreensão da função pública da História e do ensino crítico. A obra de Rüsen, com sua ênfase na 'consciência histórica' e na orientação

ISSN 3086-2531

temporal, dialoga diretamente com a pedagogia crítica de Freire, que prioriza a emancipação social por meio da conscientização. Ao integrar essas abordagens com as reflexões sobre temporalidade e discurso histórico de Koselleck, o artigo almeja construir uma análise robusta que ofereça novos olhares para a prática pedagógica no contexto educacional brasileiro contemporâneo.

Este artigo traz uma contribuição inovadora ao campo do ensino de História no Brasil ao propor uma mediação ativa entre narrativas históricas conservadoras e progressistas, não apenas no nível discursivo, mas por meio de práticas pedagógicas concretas que valorizam a diversidade cultural e a inclusão social. O quadro a seguir compara diretamente o conceito de função pública da aprendizagem histórica, que é o tema central do artigo, com a pedagogia libertadora de Paulo Freire. A comparação destaca a convergência entre as duas abordagens na defesa de uma educação crítica e emancipadora.Demonstra como a proposta do artigo se alinha com os princípios freireanos, mostrando que a aprendizagem histórica pode ser uma ferramenta para a conscientização e transformação social, assim como a educação libertadora. Ajuda a reforçar a ideia de que o ensino de História é um ato político.

Quadro 2 – Comparação entre a função pública da aprendizagem Histórica e a Educação Libertadora em Freire

Critério	A função pública da aprendizagem histórica na formação de uma consciência democrática e crítica: reflexões sobre o ensino de história no brasil contemporâneo	Educação como Prática da Liberdade (Paulo Freire)
Tema central	A aprendizagem histórica como ferramenta para a construção de uma consciência democrática e crítica.	A educação como instrumento de liberação e desenvolvimento da consciência crítica.
Objetivo	Analisar o papel do ensino de História na formação da cidadania, democracia e pensamento crítico.	Defende uma educação libertadora que fomente a participação ativa dos indivíduos na transformação social.
Metodologia	Revisão bibliográfica baseada em autores como Jörn Rüsen, Paulo Freire e Koselleck, além dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).	Reflexão teórica sobre a sociedade brasileira em transição, baseada na experiência de Freire com alfabetização popular.
Concepção de Educação	Educação como espaço de disputa de narrativas e construção de identidade.	Educação como um ato político que deve emancipar o indivíduo.
Relação com a História	O ensino de História deve fornecer ferramentas científicas para o	O ensino deve permitir a leitura crítica da realidade e da história,

ISSN 3086-2531

	reconhecimento das diversas narrativas históricas.	capacitando o indivíduo para transformá-la.
Papel do professor	O professor é mediador, promovendo o diálogo entre diferentes perspectivas históricas.	O professor deve ser um facilitador, incentivando o aluno a refletir e a construir conhecimento de forma ativa.
Impacto social	O ensino de História contribui para o fortalecimento da democracia e da cidadania ao permitir o reconhecimento de diferentes perspectivas.	A educação deve levar à conscientização política e à transformação social, empoderando os oprimidos.
Visão sobre a Democracia	O ensino de História deve fortalecer a democracia, promover o respeito à diversidade e garantir uma cidadania crítica.	A democracia depende de uma educação libertadora, onde os indivíduos são protagonistas de sua história.
Perspectiva Crítica	Enfatiza a necessidade de superar a narrativa eurocêntrica e incluir vozes marginalizadas no ensino de História.	Crítica à "educação bancária", que apenas deposita conhecimento nos alunos sem permitir reflexão e autonomia.

Elaborado pelo autor, 2025

A convergência entre os dois textos reside no fato de ambos defenderem uma educação crítica e emancipadora, com o objetivo de formar cidadãos ativos e transformadores da realidade social. Diferente de estudos anteriores que focam na dicotomia entre esses dois polos, nossa análise sugere que é possível criar espaços de diálogo construtivo, onde a pluralidade de vozes, especialmente de grupos historicamente marginalizados, seja reconhecida e integrada de forma crítica no currículo escolar. Essa proposta, alinhada com as novas diretrizes educacionais e desafios contemporâneos, posiciona o ensino de História como uma ferramenta central para a promoção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

A função pública da história e a construção da consciência democrática

O ensino de História enfrenta o desafio de mediar narrativas tradicionais conservadoras e narrativas inclusivas que valorizam as histórias de grupos marginalizados. O confronto entre essas abordagens é analisado à luz das mudanças culturais, educacionais e políticas, com foco no impacto das diretrizes educacionais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs,1998) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC,2017). A narrativa histórica eurocêntrica, predominante por décadas, está sendo substituída por uma abordagem mais plural e inclusiva, que

ISSN 3086-2531

reconhece as contribuições de mulheres, negros e indígenas na formação da sociedade brasileira.

O objetivo é construir um ensino que promova a autonomia crítica dos estudantes e contribua para a construção de uma sociedade mais democrática. Nesta seção, será analisada a função pública da História no Brasil, destacando o papel do ensino de História na formação de uma consciência crítica, democrática e cidadã. Serão abordados os conceitos de "consciência histórica" e "pensamento histórico", com base nas teorias de Rüsen (2001; 2025) e Freire (1987)[2].

> [...] Se é dizendo a palavra com que, “pronunciando” o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. Por isso, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca das ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 1987, p. 45,

A prática pedagógica proposta por Paulo Freire visa proporcionar ao indivíduo a oportunidade de redescobrir-se por meio de uma retomada crítica e reflexiva de suas próprias ações. Esse processo, que Freire denomina de "método de conscientização", caracteriza-se por ser contínuo e inacabado, refletindo a complexidade e a dinamicidade do desenvolvimento humano. A conscientização, nesse contexto, não se resume à mera transferência de conhecimento de forma neutra ou descompromissada, mas está intrinsecamente ligada a ações concretas e transformadoras, capazes de promover mudanças reais na vida do sujeito e na sociedade.

A autonomia para a pesquisa e a crítica do mundo, conforme defendido por Paulo Freire na epígrafe deste artigo, é um processo que emerge da construção do conhecimento, fundamentado nas interações entre indivíduos que, de maneira colaborativa, trocam experiências e refletem sobre elas.

---

[2] Paulo Freire (1987) Com sua pedagogia crítica, que propõe o ensino como um ato de conscientização e emancipação social.

ISSN 3086-2531

Essas trocas permitem uma compreensão crítica de como as ações humanas foram moldadas ao longo da história, considerando seus atores, interesses e ideias. Nesse cenário, educador e educando, imersos no contexto histórico, abrem-se para compartilhar vivências pessoais e coletivas, refletindo sobre o que já realizaram, o que fazem e os desafios que enfrentam cotidianamente. Esse processo envolve descobertas e autodescobertas, criação e autocriação. A perspectiva de emancipação individual e coletiva, proposta pela Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 1987), embora não tenha sido amplamente aplicada na estrutura escolar brasileira, gera desconforto, no mínimo, entre aqueles que se opõem a uma educação voltada à formação de uma consciência histórico-social crítica.

Freire (1987) complementa essa visão ao criticar o modelo tradicional de "educação bancária", que reduz o processo educacional à mera transmissão de informações. Para ele, o ensino de História deve ser um ato de conscientização, que permita ao estudante não apenas absorver fatos, mas também questioná-los, reinterpretá-los e aplicá-los à sua realidade social. Esse processo é fundamental para o desenvolvimento de uma consciência democrática, pois estimula o pensamento crítico e a participação ativa na sociedade.

A democracia brasileira, desde as manifestações de 2013, enfrenta uma nova crise estrutural e, de forma instável, tenta se manter após o último período de regime autoritário (1964-1985). Nesse curto período de pouco mais de três décadas, o país buscou enfrentar os desafios de criar experiências que apontassem para um horizonte democrático, abrangendo aspectos socioeconômicos, políticos e culturais por meio de diversas iniciativas.

No campo político, a elaboração da Constituição Federativa do Brasil de 1988 exigiu ações articuladas entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com o objetivo de implementar políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal, atendendo à necessidade de garantir uma cidadania plena para todos os brasileiros.

Na esfera econômica, o processo de globalização fez com que o Brasil deixasse de ser classificado como um país "subdesenvolvido" pelo mercado global, assumindo o status de nação "emergente". Isso ocorreu, em grande parte, porque a

ISSN 3086-2531

população brasileira passou a integrar o mercado consumidor de produtos das grandes corporações ocidentais. Nesse contexto, as políticas socioeconômicas implementadas pelos governos, como a estabilização da moeda e a criação de programas para reduzir as desigualdades sociais - incluindo transferências de renda e o acesso de minorias às universidades -, buscaram transformar o Brasil em um país capaz de oferecer bem-estar social para todos, alinhando-se às expectativas da sociedade.

As lutas de grupos historicamente marginalizados no Brasil, como mulheres, negros, indígenas e populações de baixa renda, se intensificaram durante o processo de inserção do país na globalização. Esses segmentos, ao longo de sua trajetória, passaram a reivindicar e buscar novos horizontes que refletissem suas experiências e transformações sociais. Tal inserção no cenário global trouxe à tona demandas por maior visibilidade e participação nas políticas públicas, até então marcadas por um viés excludente. Assim, essas populações buscaram construir espaços de inclusão social e econômica que fossem condizentes com as novas realidades impostas pelo processo globalizante.

Uma das principais críticas ao ensino de História no Brasil diz respeito à predominância de uma narrativa eurocêntrica, que por muito tempo silenciou as vozes e experiências de grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas e mulheres. A partir da década de 1990, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1998 novas diretrizes começaram a ser incorporadas, incentivando a valorização dessas vozes e promovendo uma abordagem mais inclusiva e plural do passado.

A literatura recente sobre o ensino de História no Brasil tem destacado a emergência de narrativas inclusivas que desafiam as abordagens tradicionais eurocêntricas. No entanto, muitas dessas análises carecem de uma discussão mais profunda sobre como essas narrativas podem coexistir de maneira produtiva dentro das salas de aula. Enquanto autores como Schmidt (2012)[3] e Rüsen (2015) oferecem

[3] Além disso, as contribuições de Maria Auxiliadora Schmidt (2012) e as reflexões de Eric Hobsbawm

ISSN 3086-2531

importantes contribuições sobre o papel da história na formação da consciência crítica, poucos estudos abordam de forma sistemática as tensões ideológicas e culturais que permeiam o ensino de História.

A proposta do quadro 3 é estabelecer uma relação explícita entre a função pública da aprendizagem histórica, conforme proposta no artigo, e a teoria da consciência histórica de Rüsen. O qual é um dos autores chave da pesquisa, e essa comparação detalha como seus conceitos se aplicam ao contexto do ensino de História no Brasil.Aprofunda a compreensão de como a teoria de Rüsen sobre a consciência histórica, a orientação temporal e os tipos de narrativas se materializam na proposta de ensino de História do artigo. Isso valida a abordagem do trabalho, mostrando a fundamentação epistemológica para a formação de sujeitos críticos e protagonistas.

Quadro 3 – Comparação entre a função pública da aprendizagem Histórica e a teoria de Rüsen

Critério	Artigo: A Função Pública da Aprendizagem Histórica	Teoria de Jörn Rüsen
Tema central	O ensino de História como ferramenta para a formação da consciência democrática e crítica.	A teoria da consciência histórica e da orientação temporal como bases do pensamento histórico.
Objetivo	Investigar como a aprendizagem histórica contribui para a cidadania, o pensamento crítico e a valorização da diversidade.	Explicar como os seres humanos se organizam e interpretam a experiência do tempo para se orientarem na vida prática.
Fundamentação teórica	Baseia-se em Rüsen, Freire e Koselleck, além dos PCNs e da BNCC.	Desenvolve categorias da consciência histórica: tradicional, exemplar, crítica e genética.
Metodologia	Revisão bibliográfica e análise da função pública do ensino de História no Brasil.	Teoria da História como ciência, com foco na racionalização da consciência histórica.
Concepção de História	História como instrumento de mediação entre narrativas conservadoras e progressistas, promovendo inclusão e diversidade.	História como um meio de orientação temporal, permitindo que os sujeitos compreendam passado, presente e futu
Papel do professor	Mediador do conhecimento, incentivando análise crítica e debate sobre múltiplas narrativas.	Agente que promove a formação da consciência histórica nos alunos, auxiliando na orientação temporal.

(1998) sobre o papel político da História enriquecem o debate sobre a relação entre memória coletiva e a construção de narrativas historiográficas no Brasil.

ISSN 3086-2531

Impacto social	O ensino de História fortalece a democracia, promove a cidadania e a autonomia crítica.	A consciência histórica permite que indivíduos e sociedades interpretem suas experiências e tomem decisões no presente.
Relação com a Democracia	Destaca a importância da história no combate à polarização e à desinformação, evolução um ensino democrático.	A história contribui para a construção da identidade coletiva e para a consciência histórica dos cidadãos.
Abordagem metodológica	Propõe um ensino inclusivo, superando a visão eurocêntrica e valorizando narrativas marginalizadas.	Apresenta quatro tipos de narrativas históricas: tradicional, exemplar, crítica e genética, que estruturam a forma como os sujeitos interpretam a história.

Elaborado pelo autor, 2025

Ambos os textos convergem na defesa de um ensino de História que não seja meramente transmissivo, assim formando sujeitos críticos e protagonistas, capazes de compreender a história como parte de sua identidade e como instrumento para a construção democrática. A teoria de Rüsen fornece uma base epistemológica para essa abordagem, enquanto o artigo aplica essa teoria ao contexto educacional brasileiro, focando nas propostas e políticas culturais contemporâneas. O artigo, ora anunciado preenche uma lacuna ao propor uma mediação dialógica entre essas diferentes narrativas, enfatizando o papel ativo dos educadores na construção de um ambiente educacional democrático.

Contudo, essa transformação ainda enfrenta resistência em muitos contextos educacionais, onde narrativas tradicionais conservadoras continuam a exercer forte influência. As tensões entre narrativas conservadoras e progressistas no ensino de História, manifestadas tanto nas salas de aula quanto nas redes sociais, evidenciam o caráter ideológico desse campo. Diante desse cenário, o papel do professor transcende a mera transmissão de conhecimento. O docente deve atuar como mediador, promovendo o diálogo entre diferentes perspectivas históricas, enquanto cria um ambiente pedagógico de respeito mútuo e valorização da diversidade cultural. Ao desempenhar essa função, o professor não apenas facilita a aprendizagem, mas também contribui para a construção de uma consciência crítica e democrática entre os estudantes.

Esse cenário, ainda que de forma resumida, pode ser interpretado como uma tentativa de estabelecer os fundamentos de uma nova cultura histórica, que parte da

ISSN 3086-2531

sociedade brasileira buscou construir ao longo das últimas décadas. O objetivo central era reposicionar o Brasil e sua sociedade no cenário geopolítico global, desempenhando um novo papel que fortalecesse tanto a democracia quanto a cidadania. Assim, a cultura histórica passou a refletir esse movimento.,

> "[...] abrange as práticas culturais de orientação e do agir humanos no tempo [...] [pois] situa os homens nas mudanças temporais nas quais têm de sofrer e agir, mudanças que – por sua vez – são (co)determinadas e efetivadas pelo próprio agir e sofrer humanos. A cultura histórica écapaz de orientar quando viabiliza que as experiências com o passado humano sejam interpretadas de modo que se possa, por meio delas, entender as circunstâncias da vida atual e, com base nelas, elaborar perspectivas de futuro" (RÜSEN, 2015, p. 217).

Esse contexto histórico teve um impacto direto no ensino de História, uma vez que novos paradigmas disciplinares começaram a ser incorporados, com o intuito de transformar as estruturas mentais herdadas de uma narrativa histórica que, por muito tempo, perpetuava uma visão eurocêntrica e excludente. A narrativa tradicional, marcada pela glorificação de heróis, pelo patriarcado e pela hegemonia branca, consolidou-se como a única versão a ser ensinada, silenciando as vozes e experiências de diferentes culturas que compõem a história do Brasil desde sua formação.

> A fase de reconstrução do código disciplinar da história pode ser contextualizada a partir de dois acontecimentos principais. O primeiro refere-se ao movimento de saída do país do período da ditadura militar e o segundo, ao movimento de crítica aos Estudos Sociais, proposta que vigorava oficialmente na escola fundamental, desde 1971. Esse movimento contou com a participação de educadores e professores de História, sendo especialmente liderado pela Associação Nacional de Professores de História - Anpuh. Após o fim do período da ditadura militar, houve um crescimento do movimento pela chamada "volta do ensino de História" à escola básica. (SCHMIDT, 2012, p.86).

Essa visão canônica, no entanto, passou a ser desafiada por professores, pesquisadores e grupos de estudo, que se empenharam na formulação de novas teorias e práticas para o ensino de História na educação básica. O objetivo era duplo: por um lado, permitir que o ensino da História nas escolas se tornasse mais relevante para a vida dos estudantes e professores; por outro, abrir espaço para

ISSN 3086-2531

novas narrativas históricas que refletissem a diversidade dos grupos sociais que compõem a sociedade brasileira.

A publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1998 foi um marco na transformação do ensino de História no Brasil, constituindo-se como um documento fundamental para a consolidação de um novo código disciplinar. Embora os PCNs tenham mantido elementos tradicionais, como a periodização eurocêntrica e a cronologia linear, eles abriram possibilidades significativas para a introdução de temas transversais, promovendo assim uma abordagem mais inclusiva do ensino de História.

Os PCNs, ao trazerem temas transversais e promoverem uma abordagem mais inclusiva no ensino de História, representaram um avanço significativo. No entanto, eles ainda mantêm elementos tradicionais, como a cronologia linear e a ênfase na periodização eurocêntrica. Muitos educadores e pesquisadores têm argumentado que essas limitações impedem uma transformação mais profunda no ensino de História, que poderia abraçar de forma mais plena as contribuições das culturas marginalizadas e periféricas.

Além disso, novas propostas curriculares e reformas, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, têm gerado debates sobre o papel do ensino de História na formação cidadã. Esses debates apontam para a necessidade de uma maior flexibilidade curricular, que permita o estudo de temas locais e regionais, bem como a ampliação das perspectivas globais no ensino de História.

Dessa forma, o caminho foi traçado para a construção de uma nova cultura histórica no Brasil, que atendesse às demandas do mundo pós-guerras mundiais, às transformações ocorridas no pós-Guerra Fria, e aos eventos simbólicos como a queda do Muro de Berlim e da Cortina de Ferro. Esses acontecimentos impulsionaram o compromisso com os direitos humanos, a valorização das narrativas de minorias historicamente oprimidas e a abertura para a diversidade de pensamentos e ações em uma sociedade democrática.

O ensino de História visa, primordialmente, proporcionar a educadores e educandos as ferramentas necessárias para compreender o papel social da

ISSN 3086-2531

disciplina. Por meio da análise crítica e reflexiva do cotidiano, busca-se fomentar a autonomia intelectual, incentivando uma prática pedagógica que promova a autorreflexão constante. Esse processo educativo almeja fortalecer a capacidade dos indivíduos de interpretar os fenômenos históricos à luz de suas próprias realidades e experiências, criando assim uma base sólida para a construção de uma cidadania consciente e crítica.

As crises política, econômica e ética que têm assolado o Brasil nos últimos anos trouxeram consigo uma crise cultural, ao vincularem os problemas mencionados às conquistas democráticas que promoveram maior inclusão de grupos historicamente excluídos da cidadania plena. Essa nova cultura histórica em construção entrou em confronto com a cultura histórica tradicional, de caráter conservador, que sempre esteve presente na sociedade brasileira. Esse embate encontrou grande ressonância nas redes sociais, onde o contexto de crises foi utilizado para responsabilizar o recente movimento de construção de uma cultura histórica voltada à democratização da sociedade pelos problemas contemporâneos enfrentados pelo país.

O confronto entre essas duas visões de cultura histórica tornou-se um desafio significativo para o ensino de História contemporâneo, pois se manifesta no ambiente escolar nas narrativas de seus diversos atores – sejam eles estudantes, professores, funcionários, gestores ou pais – de maneiras distintas.

Diante disso, surge a questão: em que medida o ensino de História pode desempenhar um papel capaz de, mesmo em meio às dificuldades do contexto atual, fortalecer a democracia na sociedade brasileira? E mais: como o ensino de História pode contribuir para que os diferentes grupos sociais, políticos e culturais possam ouvir e ser ouvidos, acolher e ser acolhidos, divergir e ainda assim serem respeitados em sua alteridade, preservando, dessa forma, a cidadania plena e a humanização?

Essas reflexões apontam para a necessidade de um ensino de História que vá além da simples transmissão de conteúdos, assumindo uma postura crítica e inclusiva, capaz de dialogar com as complexidades do presente e de promover o

ISSN 3086-2531

desenvolvimento de uma consciência democrática e cidadã.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, caracterizada pela análise interpretativa de fontes teóricas relevantes para o campo do ensino de História e da formação da cidadania. Diferentemente de pesquisas quantitativas, que buscam medir e quantificar fenômenos, a abordagem qualitativa se concentra na compreensão aprofundada de conceitos, ideias e argumentos, buscando identificar padrões, tendências e relações significativas entre eles.

O método de investigação utilizado é a revisão bibliográfica, que consiste na análise sistemática e crítica de obras publicadas sobre o tema da pesquisa. A revisão bibliográfica permite identificar o estado da arte do conhecimento sobre o tema, ou seja, as principais teorias, abordagens e resultados de pesquisas já realizadas. Além disso, a revisão bibliográfica possibilita identificar lacunas no conhecimento, ou seja, questões que ainda não foram suficientemente exploradas, e que podem ser objeto de novas pesquisas.

Para a seleção das fontes bibliográficas, foram definidos critérios de relevância, qualidade e diversidade. Foram priorizados artigos científicos publicados em periódicos indexados, livros e capítulos de livros de autores reconhecidos na área, teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação de excelência, e documentos curriculares oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A busca pelas fontes bibliográficas foi realizada em bases de dados como o *SciELO*, o Google *Scholar* e o ERIC, utilizando termos de busca como "ensino de História", "formação da cidadania", "consciência histórica", "narrativas históricas", "currículo de História" e "políticas educacionais".

A análise dos dados foi realizada em duas etapas principais. Na primeira etapa, foi realizada uma leitura exploratória das fontes selecionadas, buscando identificar as principais ideias, conceitos e argumentos apresentados pelos autores.

ISSN 3086-2531

Na segunda etapa, foi realizada uma análise crítica e comparativa das fontes, buscando identificar convergências, divergências e tensões entre as diferentes perspectivas teóricas. A análise dos dados foi orientada pela pergunta norteadora da pesquisa, buscando identificar as contribuições do ensino de História para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de atuar de forma informada e responsável na sociedade brasileira.

Do pensar o pensamento histórico em sua relação

Do ponto de vista do pensamento histórico em sua relação com a sociedade, todos os seres humanos enfrentam a necessidade de tomar decisões ao longo de suas vidas. Para lidar com os desafios cotidianos, é essencial a geração de alternativas que orientem suas ações. Esse processo cognitivo revela elementos de suas origens, trajetória histórica e identidade pessoal. As decisões tomadas refletem suas características identitárias, crenças e valores, sendo moldadas pela relação entre seus interesses, individuais ou coletivos, e as ideias que surgem para a resolução dos problemas.

Imersos no fluxo temporal da História, os indivíduos constroem caminhos com significado, tanto para si quanto para os grupos a que pertencem, com o objetivo de alcançar seus propósitos e, assim, revelar algo de sua própria essência. Em resumo, a partir das experiências vividas, os seres humanos geram expectativas que visam satisfazer seus interesses por meio de novas vivências.

Segundo Jörn Rüsen (2015)[4], o pensamento histórico surge da necessidade fundamental de os seres humanos constituírem caminhos que orientem a resolução de suas demandas cotidianas. Essa necessidade gera ideias de orientação, fundamentadas na interpretação do passado próprio e coletivo. A rememoração da experiência humana, interpretada de maneira significativa, proporciona

[4] Rüsen (2001, 2015): Que explora o conceito de consciência histórica e as funções públicas do pensamento histórico na orientação temporal dos indivíduos.

ISSN 3086-2531

perspectivas de ação no presente, com o objetivo de criar possibilidades para o futuro, gerando o que Rüsen (2015) denomina "consciência histórica".

O pensamento histórico, portanto, emerge da memória, uma vez que "a evocação do passado é uma condição necessária para fornecer à vida humana um quadro cultural de orientação que abra uma perspectiva futura enraizada na experiência desse mesmo passado" (RÜSEN, 2015, p. 185). Dessa forma, a experiência do passado e a expectativa do futuro são mediadas pelas necessidades de orientação do agir no presente. As ideias, enquanto mobilizadoras das ações, servem como guias para decisões individuais e coletivas, permitindo a pavimentação do caminho rumo à realização de interesses.

No relacionamento entre interesses e ideias, o pensamento histórico se apresenta como um discurso semântico de simbolização do tempo. Diante dos desafios cotidianos, os seres humanos demonstram sua capacidade de elaborar critérios que atribuam sentido e significado às suas ações (RÜSEN, 2015, p. 186). São as ideias, sistematizadas por meio desses critérios de sentido, que aproximam os sujeitos de seus objetivos.

´São as ideias que, sistematizadas por critérios de sentido, aproximam os sujeitos dos objetivos que lhes apetecem:

> “[...] ideias são fundamentais para o que se considera um agir racional segundo fins. A satisfação de interesses (privados ou públicos) é um fim, para cuja consecução se estipula uma sequência argumentativa para sustentar o agir e a motivação para ele” (MARTINS, 2007, p.10).

Nesse contexto, o pensamento histórico pode servir conscientemente a interesses privados ou públicos, influenciar decisões por indução, reprodução ou condução, e criar indivíduos com autonomia de pensamento fundamentada em princípios de alteridade. Assim, indivíduos ou instituições que constroem e se apropriam do pensamento histórico são capazes de satisfazer suas necessidades de orientação de maneira autônoma ou dependente.

A partir da rememoração de experiências, novas ideias podem ser originadas

ISSN 3086-2531

ou reproduzidas, concepções podem ser assimiladas ou rejeitadas, e interesses próprios podem se alinhar ou se distanciar dos interesses de terceiros. Em suma, a relação entre interesses e ideias é intrínseca, uma vez que ambos buscam dotar os seres humanos da capacidade de refletir sobre o processo histórico e tomar decisões diante dos obstáculos que surgem no cotidiano. Assim, a análise do espaço de experiências do passado, no presente, aponta para a criação e a escolha de alternativas dentro do horizonte de expectativas, com o intuito de antecipar o futuro e atender às necessidades de orientação na vida prática.

> "[...] As experiências do tempo são carentes de interpretação na medida em que se contrapõem ao que o homem tenciona no agir orientado por suas próprias carências. Elas carecem de orientação porque são sofridas. O tempo é, assim, experimentado como obstáculo ao agir, sendo vivido pelo homem como uma mudança do mundo e de si mesmo que se opõe a ele, certamente não buscada por ele dessa forma, que, todavia, não pode ser ignorada, se o homem continua querendo realizar suas intenções. Pode-se chamar esse tempo de tempo natural. Um exemplo radical desse tempo impediente e resistente é a morte" (RUSEN, 2001, p.60).

No excerto acima, observa-se que a passagem do tempo atua como impeditivo da satisfação das intenções dos indivíduos e, por isso, deve ser considerada quando se realiza a construção de ideias que deem conta dos interesses que se colocam diariamente na sociedade.

Dentro dessa perspectiva, o pensarhistoricamente leva a perguntas do tipo: minhas decisões influenciarão a mim somente ou também aos que estão ao meu redor? Que implicações surgirão dessa tomada de posição? Sua repercussão será curta ou perdurará por muito tempo? A relação dialógica entre o pensamento histórico e sua função na sociedade se apresenta também na consciência de que decisões individuais podem afetar a própria História e a História do Outro:

> "[...] A teoria da história abrange, com esses interesses, os pressupostos da vida quotidiana e os fundamentos da ciência da história justamente no ponto em que o pensamento histórico é fundamental para os homens se haverem com suas próprias vidas, na medida em que a compreensão do presente e a projeção do futuro somente seriam possíveis com a recuperação do passado" (RÜSEN, 2001, p.30).

ISSN 3086-2531

Compreender o presente e projetar o futuro a partir da recuperação do passado é um processo causado a todos os seres humanos. Diante dos desafios cotidianos, os indivíduos se apropriam do passado, seja para reproduzir ou rejeitar experiências, tanto indivíduos quanto coletivos, utilizando-as como exemplo ou releitura para aplicá-las em novos contextos. Surge, assim, a questão: temos plena consciência de que essa recuperação do passado pode ser organizada e sistematizada de forma racional, de modo que nossas ações no presente sejam orientadas por uma análise crítica do tempo? Em outras palavras, a capacidade de recuperar o passado é uma habilidade que pode ser desenvolvida por meio da aquisição de competências, ou trata-se de uma intuição inata, presente em todos os seres humanos, como uma espécie de orientação temporal?

As respostas a essas indagações evidenciam a necessidade de discutir a formação do pensamento histórico e seu papel social. Embora seja possível surpreender as carências de orientação temporal com exemplos extraídos da memória histórica, muitas vezes sem consciência das operações mentais envolvidas, a organização racional desse passado rememorado, com base em critérios de sentido, potencializa o discernimento crítico. Isso confere maior revisão às perspectivas que visam atender às demandas de orientação no tempo, explicitadas nas narrativas históricas.

A formação do pensamento histórico envolve o trabalho com a memória de indivíduos, grupos sociais e nações, por meio do desenvolvimento de habilidades cognitivas oriundas do trabalho historiográfico, que é parte da ciência da História. Contudo, não se defende aqui a ideia de que cada indivíduo deve se tornar um historiador, com pleno domínio do fazer científico da História. Da mesma forma que o ensino de ciências como Matemática, Química ou Literatura no ensino básico e secundário não torna os alunos especialistas nessas áreas, o desenvolvimento de habilidades historiográficas visa proporcionar aos estudantes competências fundamentais para a compreensão do mundo e para sua atuação no cotidiano.

ISSN 3086-2531

Nesse sentido, o desenvolvimento do pensamento histórico no ambiente escolar é de suma importância. Através da promoção de habilidades e competências oriundas do trabalho historiográfico, os estudantes passam a compreender que a História, assim como outras ciências modernas, possui um percurso teórico-metodológico que gera conhecimento. A percepção de que o pensamento histórico é organizado e segue parâmetros sistematizados fortalece a relação dos indivíduos com a História, levando-os a reconhecer que são participantes ativos do processo histórico e que, por meio dele, constroem suas identidades.

O ensino de História, nesse contexto, pode contribuir significativamente para demonstrar o que é possível articular as ideias de orientação temporal com uma metodologia adequada à vida prática. Isso sugere a existência de estratégias cognitivas voltadas à produção e ao aprendizado do conhecimento histórico, associando o caráter científico da História ao cotidiano dos indivíduos.

A História, enquanto ciência, não se limita apenas à recuperação do passado, mas também desempenha um papel crucial no desenvolvimento de competências cognitivas que permitem aos indivíduos interpretar criticamente o cotidiano histórico e, assim, tomar decisões sociais mais conscientes. Nesse contexto, insira a cientificidade da História, descrevendo a necessidade de mergulhar no passado para gerar ideias que orientem as ações apresentadas. Essa busca parte do princípio que o passado recuperado deve ser dotado de reparação, ou seja, deve ser comprovado por evidências que sustentem sua veracidade.

> "[...] quando interesses e ideias, como precondições – oriundas da vida prática –do pensamento histórico se efetivam na experiência concreta do passado, é no processo dessa efetivação que se constitui o que entendemos como "história" como especialidade científica. É nesse processo que se aplicam os métodos que, como regras da pesquisa empírica, caracterizam a forma do pensamento histórico. Essa especificidade torna-se científica à medida que as perspectivas quanto ao passado, oriundas de carências e orientadas porinteresses, são trabalhadas pela pesquisa pautada por regras metódicas e transformadas em saber histórico com conteúdo empírico" (RÜSEN, 2001, p.33).

ISSN 3086-2531

O rigor metodológico é fundamental nesse processo, pois conferir ao passado recuperou a validade necessária para orientar o presente. O chamado "teste da memória experienciada" oferece ao sujeito a confiança de que suas escolhas no presente são baseadas em fatos, ou pelo menos em interpretações que se aproximam da verdade histórica. Assim, a História construía-se como ciência ao desenvolver métodos de pesquisa que permitem a análise crítica e a validação de versões diferentes do passado. Foram determinadas regras para garantir que essas versões fossem submetidas a um escrutínio criterioso, de forma a testar sua confiabilidade e veracidade.

Por outro lado, essa cientificidade apresenta desafios. A exigência de comprovação e validação de fontes históricas pode, em alguns casos, restringir o acesso a determinadas narrativas ou experiências que, embora relevantes, não podem ser facilmente documentadas ou provadas. Além disso, o próprio conceito de verdade histórica pode ser contestado, uma vez que a interpretação do passado é naturalmente influenciada pelas perspectivas e contextos dos historiadores.

No entanto, esta metodologia científica é essencial para garantir que as decisões sociais sejam baseadas em uma análise sólida e informada, evitando distorções ou manipulações do passado que possam comprometer a integridade do presente. A aplicação desses métodos críticos permite que a História não apenas recupere o passado com resposta, mas também que desempenhe um papel ativo na formação de cidadãos mais conscientes e capazes de participar de maneira informada nas transformações sociais.

> Quando o historiador mergulha no passado, ultrapassando suas próprias vivências e recordações, conduzido por perguntas, mas também por desejos, esperanças e inquietudes, ele se confronta primeiramente com vestígios, que se conservaram até hoje e que, em maior ou menor número, chegaram até nós. Ao transformar esses vestígios em fontes [...] ou ele analisa fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então, com a ajuda de hipótese e métodos, reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios. (KOSELLECK, 2006, p305).

ISSN 3086-2531

Tanto para Rüsen (2001) quanto para Koselleck, (2006) é consenso que as categorias de análise do processo histórico, enquanto instrumentos para a construção da consciência histórica, derivam-se diretamente do labor historiográfico.

A metodologia historiográfica desempenha um papel vital na educação básica, pois fornece aos estudantes ferramentas para a análise crítica das fontes históricas e para a interpretação de eventos passados. No entanto, para que essa abordagem seja eficaz, é fundamental que os educadores estejam familiarizados com os métodos científicos da História e saibam como aplicá-los de maneira acessível aos alunos. O ensino de História deve, assim, transcender a simples memorização de datas e fatos, buscando promover o desenvolvimento do pensamento histórico.

Como destaca Rüsen (2001), o pensamento histórico é organizado e segue parâmetros sistematizados que ajudam os indivíduos a compreenderem o passado e a aplicarem essas lições em suas vidas cotidianas. Para isso, é necessário que o professor não apenas ensine a História, mas também envolva os alunos em processos investigativos, nos quais eles possam questionar, analisar e produzir conhecimento a partir das fontes históricas. Tal abordagem fortalece o sentido de cidadania crítica e prepara os estudantes para atuarem de maneira consciente e informada na sociedade.

Essas categorias são concebidas cientificamente como construtos interpretativos, os quais permitem a compreensão das diversas nuances resultantes da interação entre as temporalidades envolvidas no estudo da História de maneira consciente. Em termos mais simples, Koselleck (2006) sustenta que todas as narrativas históricas, para serem validadas como tal, dependem de uma relação racionalmente mediada entre as experiências vividas e as expectativas delas derivadas, sejam estas formuladas por indivíduos ou por grupos sociais.

Por outro lado, Rüsen (2001) entende que as carências de orientação, ou seja, os interesses que surgem da necessidade humana de compreensão e posicionamento no tempo, são responsáveis por gerar perspectivas (ou ideias). Estas, quando analisadas metodologicamente e apresentadas de forma estética, retornam à sociedade como possibilidades de orientação temporal. Nesse sentido, é por meio da

ISSN 3086-2531

cientificização da História, advinda da aplicação da racionalidade histórica, que as memórias, sejam individuais ou coletivas (no sentido de "co-memoração"), tornam-se objetos do pensamento histórico. Isso se dá na medida em que se conectam às diversas temporalidades, proporcionando a geração de conhecimento histórico.

Assim, a cientificidade da História permite que as narrativas rememoradas sejam sistematicamente organizadas e analisadas, gerando interpretações que oferecem à sociedade novas maneiras de compreender o passado e, por consequência, orientar-se no presente e projetar o futuro. A relação entre as temporalidades e a interpretação histórica fundamentada no método científico é, portanto, o eixo central da produção de conhecimento histórico, conferindo ao estudo da História um caráter crítico e reflexivo.

> No relacionamento entre métodos e formas, dá-se uma estratégia estética de representação histórica. O conhecimento histórico é moldado. O historiador produz literatura (historiografia) e imagens (no caso de uma exposição histórica). Fazendo isso, eles recorrem a modos estabelecidos de trazer o passado de volta à vida na mente das pessoas. (RÜSEN, 2015, p.187).

Com base em uma metodologia empírica, o historiador investiga fontes de diferentes naturezas (escritas, materiais, imagéticas, sonoras, orais), todas relacionadas ao contexto histórico que pretende estudar. A recuperação do passado é realizada de maneira regulamentada, com partes que visam conferir à narrativa histórica, alternativa e veracidade. Esse conhecimento histórico, constituído empiricamente e regulado metodologicamente, permite ao historiador mergulhar no passado em busca de respostas que orientam questões do presente. Uma narrativa histórica, cientificamente construída e chamada de historiográfica, é apresentada à sociedade em diferentes formatos, tais como livros historiográficos, didáticos, paradidáticos, biográficos, além de revistas, jornais, sites, blogs, filmes, novelas e documentários. Essas diversas formas de veiculação das narrativas históricas compõem o acervo de quais crianças, jovens e adultos extraem ideias e perspectivas, que, associadas às suas próprias experiências temporais, formarão a base para a

ISSN 3086-2531

satisfação de seus interesses de orientação na vida prática e para a tomada de decisões políticas, socioeconômicas e culturais.

As formas de apresentação das narrativas historiográficas são, portanto, de extrema importância, pois fornecem uma linguagem esteticamente elaborada que pode facilitar (ou dificultar, dependendo da sua qualidade e da forma de transmissão) a recepção do conhecimento histórico mediado racionalmente pelo público. A relação entre a constituição metodológica da História e suas formas de apresentação evidencia a importância do caráter estético no pensamento histórico, visto que é por meio desse aspecto que o "[...] conhecimento histórico se torna um elemento da comunicação cultural na dimensão temporal da vida humana" (RÜSEN, 2015, p. 187). No entanto, esse potencial comunicativo só será eficaz na promoção de interação entre a história e a sociedade se for acompanhada por uma estratégia retórica adequada. Nesse sentido, o pensamento histórico, ao ser comunicado, atua para fortalecer as perspectivas de orientação geradas pelo passado rememorado e interpretado. Assim, o conhecimento histórico, mediado intelectualmente pelas operações mentais do pensamento, oferece aos seres humanos uma orientação cultural.

O circuito que envolve os interesses (carências de orientação), as ideias (perspectivas), os métodos de pesquisa e as formas de apresentação das narrativas tem como objetivo principal atender à necessidade de indivíduos, grupos sociais, instituições e nações de elaborar respostas que satisfaçam suas carências de orientação temporal e de construção de identidade. Em resumo, a relação entre esses quatro componentes da formação do pensamento histórico busca alcançar um quinto elemento: proporcionar a indivíduos e coletividades as ferramentas cognitivas permissão para se apropriarem da História como base para suas ações no tempo e para a constituição de suas próprias identidades.

A dinâmica entre esses cinco elementos revela, de maneira objetiva, a estreita relação entre a função pública da História – enquanto prática reflexiva de ações no tempo – e a História como disciplina científica, dotada de teoria e metodologia. Esses

ISSN 3086-2531

visam criar narrativas que compõem o acervo cognitivo do pensamento histórico, a ser utilizado por indivíduos e grupos sociais em suas reflexões e ações no tempo.

RESULTADOS

A pesquisa identificou que o ensino de História no Brasil está em processo de transformação, passando de uma narrativa predominantemente eurocêntrica para uma abordagem mais inclusiva. Essa transformação se manifesta, por exemplo, na crescente valorização das histórias de grupos marginalizados, como negros, indígenas e mulheres, nos currículos escolares e nos materiais didáticos. Observa-se um esforço crescente por parte de educadores e pesquisadores em desconstruir visões hegemônicas do passado e em promover uma educação histórica mais plural, diversa e representativa.

No entanto, a pesquisa também revelou que essa mudança ainda enfrenta resistência por parte de setores conservadores da sociedade, que defendem uma visão tradicional do ensino de História, centrada na memorização de datas e eventos e na glorificação de heróis nacionais. Essa resistência se manifesta, por exemplo, na disseminação de discursos negacionistas sobre a escravidão e o genocídio indígena, e na tentativa de censurar conteúdos considerados "ideológicos" nas escolas.

Diante desse cenário, o ensino de História se depara com o desafio de mediar narrativas conflitantes de forma crítica e dialógica, promovendo o respeito à diversidade de opiniões e o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos. Para isso, é fundamental que os professores estejam preparados para lidar com as tensões e os desafios do mundo contemporâneo, e que as escolas ofereçam um ambiente de aprendizagem seguro e acolhedor, onde os alunos se sintam à vontade para questionar, debater e construir suas próprias narrativas sobre o passado.

ISSN 3086-2531

DISCUSSÃO

A presente pesquisa se baseia nas contribuições de autores seminais como Jörn Rüsen, Paulo Freire e Reinhart Koselleck, cujas reflexões teóricas oferecem um arcabouço conceitual sólido para a compreensão da função pública da aprendizagem histórica.

Rüsen (2001, 2015), propõe uma teoria da consciência histórica, destaca a importância do ensino de História para a orientação temporal dos indivíduos, ou seja, para a capacidade de compreender o passado, interpretar o presente e projetar o futuro. Para Rüsen, a consciência histórica é uma competência fundamental para a ação humana, pois permite que os indivíduos atribuam sentido às suas experiências e tomem decisões informadas em face dos desafios do mundo contemporâneo.

Freire (1987), uma pedagogia crítica, enfatiza a importância do ensino de História para a conscientização e a emancipação social. A educação não pode ser neutra, mas deve ser um ato político de transformação da realidade social. Nesse sentido, o ensino de História deve estimular o pensamento crítico, a reflexão sobre as desigualdades sociais e a ação transformadora dos alunos.

Koselleck (2006), com a análise da semântica dos tempos históricos, contribui para a compreensão das relações entre passado, presente e futuro na construção da identidade e da memória coletiva. Para Koselleck, a História não é um mero relato do passado, mas uma construção social que reflete os interesses e as perspectivas do presente. Nesse sentido, o ensino de História deve promover a análise crítica das narrativas históricas, buscando desconstruir visões hegemônicas e valorizar as vozes marginalizadas. O estudo aponta que a inclusão de narrativas diversas no ensino de História é essencial para fortalecer a democracia e a cidadania no Brasil. A valorização das vozes marginalizadas contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Esses resultados dialogam diretamente com as teorias de Rüsen (2001) sobre a importância da consciência histórica para a orientação temporal dos indivíduos, e com as reflexões de Freire (1987) sobre a necessidade de uma educação libertadora

ISSN 3086-2531

que promova a conscientização e a emancipação social. Ao mediar narrativas históricas divergentes, o professor de História pode contribuir para que os alunos desenvolvam uma compreensão mais complexa e crítica do passado, e para que se tornem cidadãos mais conscientes e engajados com os desafios do presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de História no Brasil enfrenta desafios significativos, tanto em relação à superação de narrativas conservadoras quanto à inclusão de novas vozes e perspectivas no currículo. A formação de uma consciência histórica crítica e democrática requer que professores, alunos e a comunidade em geral se envolvam em um processo contínuo de reflexão e questionamento sobre o passado e suas repercussões no presente. Nesse sentido, a aprendizagem histórica deve ser vista como um instrumento de emancipação social, capaz de promover o respeito à diversidade e o fortalecimento da cidadania.

Todo ser humano enfrenta desafios cotidianos que exigem reflexão e interpretação para serem superados. As necessidades individuais e coletivas, muitas vezes percebidas como obstáculos, requerem análise crítica para serem transpostas. Nesse sentido, a ciência da História desempenha um papel fundamental ao fornecer a racionalidade necessária para compreender e agir no tempo. Por meio de uma metodologia que se baseia na pesquisa empírica regulada por critérios de sentido, a História investiga o passado e oferece possibilidades de ação para o presente. O resultado desse processo é a produção de narrativas historiográficas que alcançam os indivíduos por diferentes meios e formatos. Assim, a ciência da História tem a função de gerar interpretações práticas que respondam aos interesses do presente, ao mesmo tempo em que suscita novos questionamentos e demandas de orientação para o futuro.

Essa dinâmica evidencia a concretude do conhecimento histórico, que se manifesta não apenas nas perspectivas orientadas derivadas da rememoração do passado, mas também na reflexão contínua sobre o presente, que é reinterpretado à

ISSN 3086-2531

luz de um "novo passado", revisitado para atender aos interesses futuros. Dessa forma, a função social da aprendizagem histórica se revela na vida prática: os seres humanos se posicionam no cotidiano por meio de ações culturais e historicamente contidas, ao mesmo tempo em que o pensamento histórico oferece meios de orientação gerados por experiências temporalmente interpretadas, que , quando confrontadas com seus autores, apresentadas para a construção da identidade.

A aprendizagem histórica propõe um diálogo interno e externo, no qual os seres humanos confrontam suas próprias concepções e as culturas históricas que permeiam a sociedade. Isso se traduz na necessidade de posicionamento – de ação e identificação no contexto social. Em outras palavras, o relacionamento entre a aprendizagem histórica e sua função pública, ancorada no pensamento histórico, gera um "discurso político da memória coletiva", que transforma a representação do passado em um elemento central nas disputas por poder e reconhecimento. Esse processo funciona como um meio essencial para a legitimação ou deslegitimação de formas de dominação e governo.

No contexto atual, em que a sociedade brasileira enfrenta o confronto narrativo de diversas culturas históricas, o desafio do ensino de História reside em continuar oferecendo – e aprofundando – os meios científicos para que os estudantes possam (re)conhecer essas diferentes narrativas. Esse reconhecimento deve ocorrer por meio da diversidade da produção cultural, observando como fonte histórica, com vistas à construção e ao desenvolvimento do pensamento histórico. Além disso, o ensino de História deve cumprir sua função pública de fortalecer a democracia, promover a cidadania, promover a autonomia crítica e fomentar o respeito e a adesão da alteridade. Em última instância, o objetivo é contribuir para a plena humanização da sociedade.

As conclusões deste estudo apresentam implicações práticas significativas para o desenvolvimento de políticas educacionais e para a prática pedagógica de professores de História. Ao destacar a importância de uma abordagem crítica e inclusiva, orientada pela diversidade narrativa, o artigo sugere a adoção de metodologias de ensino que incorporem tanto a história oficial quanto as experiências

ISSN 3086-2531

de grupos marginalizados. A implementação dessas práticas, contudo, exige um compromisso institucional em promover formações continuadas para professores e gestores escolares, a fim de equipá-los com as ferramentas necessárias para mediar debates e criar ambientes de aprendizagem que respeitem e valorizem a alteridade.

Por fim, o papel dos educadores é fundamental na construção de um ambiente educacional que valorize a pluralidade de narrativas e incentive o desenvolvimento de uma visão crítica e inclusiva da História. Somente assim será possível contribuir para a humanização plena da sociedade e o fortalecimento da democracia.

Em conclusão, este estudo reafirma o papel vital do ensino de História como um instrumento de transformação social, capaz de promover uma consciência crítica e democrática em sociedades marcadas por desigualdades históricas. Ao propor a mediação entre narrativas históricas divergentes e destacar a importância da diversidade cultural no currículo escolar, o artigo abre caminho para novas pesquisas que explorem mais profundamente as práticas pedagógicas que fortalecem o diálogo e a inclusão. Futuras investigações poderão focar na aplicação dessas abordagens em diferentes contextos regionais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento de uma educação histórica que responda às demandas de uma sociedade cada vez mais plural e complexa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ronaldo Cardoso. **Da Consciência Histórica (pré) (pós?) moderna: reflexões a partir do pensamento de Reinhart Koselleck.Saeculum.** João Pessoa: UFPB, v. 30, p. 321- 339, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

ISSN 3086-2531

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**.Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; Revisão de César Benjamin. Rio deJaneiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

MARTINS, Estevão de Rezende. **Cultura e Poder.** 2ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica.** Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Teoria da História: uma teoria dahistória como ciência**. Tradução de Estevão C.de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR,2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos**. História do Ensino de História no Brasil:uma proposta de periodização**. *Revista História da Educação – RHE*. Porto Alegre, v. 16, n. 37, maio/ago. 2012, p. 73-91.

Recebido em: 21/08/2025.
Aprovado em: 23/10/2025.